

UM OUTRO OLHAR SOBRE A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP): CONSTRUINDO A SUPERAÇÃO, TRANSFORMANDO EM COOPERAÇÃO

ANOTHER LOOK AT THE COMMUNITY OF PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES (CPLP): BUILDING THE OVERCOMING, TRANSFORMING IN COOPERATION

JESSICA SILVA TINOCO GIMENEZ*

Resumo: A institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é analisada como um conjunto de relações históricas, econômicas, culturais, sociais e políticas entre os países membros, sendo uma forma de diálogo em um momento pós-colonial que caracteriza um modo de superação apesar do passado opressor. Os países membros, principalmente Portugal, Brasil e Angola, o triângulo estratégico, construíram identidades culturais por meio da relação entre colonizador e colonizado, culminando, após as independências, em uma relação pautada na língua comum. O momento pós-colonial, assim, é favorável às relações mais estreitas e cooperativas entre os países membros da CPLP, que se institucionaliza, na década de 90, como referência e porta-voz internacional da língua portuguesa, com a participação mais ativa dos países membros no novo cenário internacional em transformação.

Palavras-chave: CPLP, Cooperação, Pós-colonialismo

Artigo recebido em 26 de março de 2018 e aprovado para publicação em 24 de abril de 2018.

* Especialista em Políticas Públicas e Cultura de Direitos pelo NEPP-UFRJ; Bacharel em Relações Internacionais pela PUC-RIO e graduanda de licenciatura em História pela UNIRIO. Email: jessikgi@yahoo.com.br.

Revista Ars Historica, ISSN 2178-244X, nº16, Jan/Jun 2018, p. 172-192 | www.ars.historia.ufrj.br

Abstract: The institutionalization of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) is analysed as a set of historical, economic, cultural, social and political relations among its member countries, being a manner of dialogue in a postcolonial moment that characterizes a way of overcoming despite the oppressive past. The member countries, mainly Portugal, Brazil and Angola, the strategic triangle, built cultural identities through the colonized and colonized relationship, culminating, after independence, in a relationship based on the common language. The postcolonial moment, therefore, is favourable to the closer and cooperative relations between the member countries of the CPLP, which became institutionalized in the 1990s as a reference and an international spokesperson of the Portuguese language, with the most active participation of the countries in the changing international scenario.

Keywords: CPLP, Cooperation, Postcolonialism

Introdução

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) é composta por vários países africanos (entre eles, estão Angola, Timor Leste, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), além de Brasil e Portugal. O objetivo deste artigo é o de retratar a relação entre os países que se caracteriza como um triângulo estratégico, Brasil, Portugal e Angola, por configurarem uma relação antiga (colonização), histórica (devido a uma maior proximidade nas relações) e por suas características em comum, como por exemplo, os interesses comuns bem definidos, a economia, a cooperação, a vontade política e a questão cultural.

A busca de um outro olhar sobre a construção de relações entre os países que pertencem à CPLP é empreendida a partir de uma análise que privilegia as potencialidades das transformações, apesar de considerar as dificuldades. A partir dessa perspectiva, entende-se que a CPLP possibilita a inserção dos países que a compõem no cenário internacional, trazendo não só mais voz, mas também levando a uma superação que se transformou em cooperação entre os países membros, ex-colônias europeias: “(...) esta é uma comunidade concebida ainda dentro do espírito de um processo colonial, embora já em transição. A concepção da CPLP e sua estruturação ocorreram já numa fase pós-colonial (...)” (Feijó Sobrinho, 1997, p.12).

No Brasil, a maior participação internacional começou com as visitas presidenciais, principalmente a partir da década de 1990, e que se enfatizou no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), tendo continuidade nos governos de Lula e Dilma. Os modelos adotados de política externa brasileira, no pós-Guerra Fria, e que estabeleceram o seu papel nas relações

internacionais, eram: autonomia pela participação/integração, em busca de credibilidade do país internacionalmente (FHC) e diversificação de parceiros/coalizões (Lula) (Lampreia, 1998; Vigevani & Cepaluni, 2007). Os contextos brasileiro e internacional influenciaram o papel de intermediador do Brasil, para que se concretizasse a institucionalização de um foro, resgatando a importância da língua portuguesa, da cultura e das relações internacionais entre os países membros.

É analisado o processo de institucionalização da CPLP, cujos fundamentos baseiam-se na língua e num patrimônio histórico comum (...). Neste sentido o conceito de relações culturais internacionais, segundo Graça (1992, p.253-55), reflete essencialmente aquelas ações decorrentes da diplomacia cultural, da cooperação cultural entre dois ou mais Estados e da circulação normal dos produtos culturais entre países, através dos indivíduos, dos grupos e das instituições.¹

Contexto internacional

O cenário mundial em que se concretizava a construção e o surgimento da CPLP como instituição é o de um período de transição no qual os assuntos não se tratavam mais de corridas armamentistas e de segurança nacional, diante da bipolaridade existente no período da Guerra Fria. A partir da década de 1990, com o recrudescimento da bipolaridade, novos assuntos surgiam com a globalização, e esse período se transformava no das incertezas devido ao novo mundo multipolar em que cada país, nação, possui diferentes interesses (Feijó Sobrinho, 1997). Nesse sentido, a CPLP busca organizar e dialogar tais interesses de modo a satisfazer as necessidades dos países membros e, principalmente, dos países que compõem o triângulo estratégico, já que estão cada vez mais em relações estreitas, a partir da sua institucionalização.

O novo panorama, que a nova ordem internacional traz para as relações internacionais, está exemplificado no seguinte trecho:

A necessidade de maior aprofundamento das relações Sul/Sul, sejam bilaterais ou multilaterais, do ponto de vista político, econômico e cultural, inscrita numa política externa tanto na linha tradicional da sua vivência histórica, como na base da evolução da situação política internacional, no sentido de corrigir e reduzir a assimetria Norte-Sul.²

¹ FEIJÓ SOBRINHO, Pedro da Silva. *Comunidade dos países de língua portuguesa: institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 19-24.

² *Ibidem*, p. 33.

Segundo Feijó Sobrinho (1997), a CPLP é percebida como um agrupamento dos países para uma atuação em bloco, diante das transformações do novo cenário internacional. Ainda nesse período, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil:

não podemos ficar imobilizados diante das profundas e aceleradas mudanças, à espera de horizontes mais nítidos de condições ideais para supostamente decidir o modo de agir mais seguro. Hoje, não nos envolvermos no processo de transformação do mundo equivale a nos privarmos de seus eventuais benefícios.³

A CPLP, assim, possibilitaria um maior aproveitamento das relações entre os países membros, como também uma oportunidade para estreitar a cooperação em prol dos interesses comuns. O contexto no qual a CPLP se encontrava, diante desse período de transição, era favorável à inserção e à representação internacional dos que a compunham. Esse momento está representado no seguinte trecho:

Não conceber em termos de estratégia global este multiplicador de força linguístico seria menosprezar um importante instrumento que os países de expressão portuguesa têm ao seu dispor e suscetível de aumentar de modo indelével a sua capacidade de afirmação internacional, independentemente das suas particularidades e das organizações regionais em que já se encontrem inseridos.⁴

Dessa forma, entende-se que o contexto internacional da década de 1990 é favorável para a criação de uma institucionalização pós-colonial e, assim, propicia maior diálogo entre as nações, formando a base para o surgimento da CPLP. Da superação para a cooperação, pauta-se nesse momento de transformações, e, também, nos seus aspectos culturais e linguísticos comuns, a língua portuguesa. “No texto pós-colonial, o problema da identidade retorna como um questionamento persistente do enquadramento, do espaço da representação, onde a imagem – pessoa desaparecida, olho invisível, estereótipo oriental – é confrontada por sua diferença, seu outro” (Bhabha, 1998, p.79).

As visões apresentadas acima são construídas a partir do início da constituição da CPLP, tendo um contexto mais otimista da sua criação e não tão crítico em relação às dificuldades enfrentadas por e entre os países membros. Pode-se caracterizá-las como uma compreensão mais oficialista, no sentido de se pautar pela oficialização da organização, em âmbito internacional, como um grupo que possui características em comum, como a

³ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Reflexões sobre a Política Externa Brasileira*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão, 1993, p. 23.

⁴ FEIJÓ SOBRINHO, *Op. cit.*, p. 39.

lusofonia, a língua portuguesa. Segundo Freixo (2009), a construção desse espaço representa a lusofonia em um projeto português de reinserção internacional que se pauta em um momento pós-Guerra Fria e de uma nova ordem mundial/globalização nas relações entre os países; uma tentativa de Portugal de reaproximação com os países que foram suas colônias.

Desse modo, há uma percepção mais crítica em relação à CPLP no sentido de que, segundo Freixo (2009), o alicerce simbólico para a construção desse espaço lusófono estava no interesse de Portugal na reaproximação com suas ex-colônias. Além disso, após a sua origem, a diversidade e heterogeneidade de interesses geraram conflitos internos na comunidade que não se restringiam ao aspecto linguístico e cultural. Todavia, esse conjunto de dificuldades internas da CPLP pode indicar um projeto em constante construção, inacabado, e que não vai se configurar como um espaço de protagonismo internacional, mas sim de um protagonismo de representação da lusofonia no mundo, ou seja, um espaço de integração regional. Segundo Freixo (2009, p. 70), “ao longo de sua curta existência, a CPLP acabou se tornando mais uma organização secundária entre as muitas que existem no âmbito internacional e que até agora as premissas sobre as quais ela foi criada não tiveram como se concretizar”. O passado colonial não apagou os conflitos referentes aos processos de dominação colonizador x colonizado. Nesse contexto,

a proposta de um “encontro de culturas não consegue apagar as tragédias da história e a crueldade do processo de civilização. E são justamente essas feridas ainda não cicatrizadas do colonialismo que têm contribuído sobremaneira para a já mencionada posição reticente e, por que não dizer, de desinteresse de alguns dos PALOP⁵ em relação à constituição da CPLP”.⁶

Tal argumento é compartilhado e analisado pelo autor português Boaventura de Sousa Santos (2002), que aborda a globalização sendo pautada em dinâmicas de poder por cima (norte) e por baixo (sul), como constelações de práticas, processos de integração tanto regional, econômico, político, social, quanto global. Nesse sentido, Portugal é considerado semiperiférico no contexto europeu, porém, as relações com suas ex-colônias trariam uma influência mundial maior. Assim, para Santos (*apud* FREIXO, 2009, p.105), “em termos simbólicos, Portugal estava demasiado longe da Europa para ser colonizador consequente e

⁵ PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

⁶ FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri. 2009, p. 122.

estava demasiado próximo de suas colônias para ser plenamente europeu”. Dessa forma se caracteriza a teoria do sistema-mundo que lida com as relações internacionais interativas nos campos da economia política, do social, do cultural e da geopolítica. O sistema-mundo, assim, tem como composição as práticas transnacionais, buscando construir consensos que vão definir ajustes no âmbito da CPLP mesmo com as dificuldades e os conflitos de interesses no cenário internacional em transformação.

Além disso, as expectativas em relação à criação de uma comunidade eram diferentes e acabaram por ser frustradas, no que tange às novas relações de poder e de influências desses países no cenário internacional. Assim, Santos faz crítica ao foco e à construção de neocolonialismos por parte de Portugal e do Brasil, mesmo que ainda assim a cooperação por meio da CPLP seja relevante em âmbito internacional, desde a perspectiva de um espaço que compartilha histórias, identidades e a língua portuguesa. A partir dessa perspectiva, pode-se construir um ponto de vista de superação e de transformação, que potencializa a cooperação, apesar do passado colonial.

A língua portuguesa

A língua, como fator fundamental e reflexivo da identidade cultural nacional, se transforma num fenômeno transnacional, um veículo de comunicação entre várias nações, com implicações no aprofundamento da interdependência entre os povos pela interação das suas culturas. Segundo Martins (*apud* Feijó Sobrinho, 1997, p.44), “a língua e a cultura constituem elementos essenciais à identidade cultural; é pela afirmação e reconhecimento desses elementos de cada uma das nacionalidades e na interação entre diversas línguas e culturas que se poderá constituir um espaço (...) multilíngue e multicultural”. A utilização da língua portuguesa como fator além-fronteira, transnacional, é uma das bases para a criação da Comunidade e para a sua difusão e importância tanto nacional quanto internacionalmente.

O desejo de uma formação institucional é herdeiro do período colonial, no qual D. João criou a Comunidade Luso-Brasileira e, ainda no início do século XX, há a ideia de uma Federação Luso-Brasileira, já que o Brasil era independente. Esse desejo de criação de uma comunidade agregando os países que possuem a língua portuguesa se perpetrou até a década de 1980, durante a qual, finalmente, é anunciada por Sarney, devido à reunião entre os chefes de governo dos respectivos países (Saraiva, 2001). O primeiro passo para o estabelecimento da CPLP é dado por meio do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).

O acordo ortográfico, desejo antigo, modificado recentemente, tem o intuito de universalizar a língua portuguesa, pois, ainda que seja o mesmo idioma, há características distintas, de acordo com cada cultura nacional. A língua portuguesa e suas características distintas podem proporcionar um local cultural, ou seja, a CPLP, como está presente no seguinte trecho:

Na irrequieta pulsão de tradução cultural, lugares híbridos de sentido abrem uma clivagem na linguagem da cultura que sugere que a semelhança do símbolo, ao atravessar os locais culturais, não deve obscurecer o fato de que a repetição do signo é, em cada prática social, específica, ao mesmo tempo diferente e diferencial.⁷

O Brasil, por exemplo, possui uma diferença na escrita e na forma verbal em relação a Portugal e a Angola, sendo estes últimos mais próximos. Nesse sentido,

O entendimento em torno do consenso sobre o acordo ortográfico e a sua materialização como uma unidade de comunicação linguística traz consigo duas vantagens fundamentais, que são, uma, diminuir a quantidade de ortografias, quiçá para uma só; outra, permitir a sua universalização e facilitar a sua adoção nos organismos internacionais.⁸

O papel do Brasil

Tendo em vista os contextos internacional e interno favoráveis às políticas externas brasileiras, o país “deu mostras de um desejo de se afirmar como um ator de expressão global, com capacidade de intervenção criativa e construtiva na resolução dos problemas mais importantes da atualidade internacional” (Ferreira-Pereira, 2010, p. 27).

O Brasil, assim, teve papel crucial e de grande relevância no seu empenho para que os projetos de criação da CPLP e de difusão da língua portuguesa se concretizassem, tendo a diplomacia como um dos mecanismos-chave de política externa (entre todos os Estados membros). O contexto nacional brasileiro foi se tornando cada vez mais favorável, devido à redemocratização estabelecida a partir da década de 1990, sendo o portador de voz internacional no sistema, por sua maior participação nas relações internacionais. Esses aspectos se mostravam favoráveis, internamente, devido às transformações tanto internacionais quanto de política externa brasileira, que estava em um momento de transição da autonomia pela distância, período anterior à redemocratização, à autonomia pela participação/integração no governo FHC. Ainda, no governo Lula, há um maior

⁷ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 230.

⁸ FEIJÓ SOBRINHO, *Op.cit.*, p. 55.

aproveitamento desse papel brasileiro em sua atuação internacional, quando diversificaram-se as parcerias (Fonseca, 1998; Lampreia, 1998; Vigevani & Cepaluni, 2007).

O Brasil, “detentor deste potencial, no contexto da lusofonia, constitui um país do futuro constantemente afirmado, não lhe cabendo outro papel senão o de dinamizador do sistema” (Feijó Sobrinho, 1997, p. 50). Devido a alguns fatores como a dimensão territorial (de peso na América do Sul), de presença no Atlântico Sul, de voz e participação internacional, além das suas aspirações em relação à CPLP, o Brasil se torna concorrente de Portugal. “(...) Deu-se continuidade a uma linha de conduta que historicamente tem feito da política externa um fator de credibilidade para o país e assegurado o seu lugar como participante respeitado e influente da vida internacional” (Lampreia, 1998, p. 15).

De acordo com Feijó Sobrinho (1997), ainda no governo de Sarney, José Aparecido de Oliveira, um importante ministro da Cultura e depois embaixador em Portugal, é o representante dos interesses de política externa brasileira e, assim, com a incumbência do então presidente, viaja para os países de língua portuguesa, para que seja posto em prática o tão estimado projeto (CPLP). “O Brasil, ao tomar a iniciativa de convidar os países irmãos a estruturar, num esforço conjunto, uma política articulada para a defesa do patrimônio linguístico comum, reconhecia que havia amadurecido o momento para o ambicioso projeto” (Feijó Sobrinho, 1997, p. 52).

De acordo com Saraiva (2001) e Nogueira e Messari (2005), é a partir da década de 1990 que a promoção da criação efetiva da comunidade se torna prioridade, por parte do governo de Itamar Franco, e, ainda, é o momento no qual os estudos voltados para o pós-colonialismo se desenvolvem com maior ênfase. Nesse período, Celso Amorim, o embaixador e porta-voz na Assembleia Geral da ONU, em 1993, argumenta que as principais características na formação da comunidade são a cooperação e a solidariedade internacional. Essa atitude tem grande apoio do governo português. Ainda assim, há posições contrárias à institucionalização, como a do Itamaraty, devido à situação do Timor Leste. Mesmo com a mudança de governo de Itamar Franco para o de Fernando Henrique Cardoso, o projeto ainda é prioridade, até que, depois de muitos debates, mesas-redondas e reuniões dos chefes de Estado, se concretiza a CPLP em 1996.

A CPLP, então, é criada oficialmente em 17 de julho de 1996, com o objetivo de propagar/difundir a língua portuguesa, já que os seus sete membros e o seu convidado, Timor

Leste (na época em vias de se tornar membro com a independência), são lusófonos. Essa é a terceira língua mais falada no Ocidente, deixando somente a sua frente o inglês e o espanhol, isso devido a uma construção da identidade cultural e linguística comum originária da colonização e influência portuguesa (Saraiva, 2001). Porém, a língua portuguesa no contexto da CPLP não é mais vista como uma língua colonialista, mas sim aquela que caracteriza e integra os países membros de forma cooperativa. Nesse ponto, retoma-se Bhabha (1998), para afirmar o quanto as relações do passado podem inovar e reconfigurar a atuação do presente, ou seja, uma reconfiguração que se apresenta na forma de uma institucionalização, a da CPLP.

Desse modo, ocorre a denominação da CPLP, de acordo com o artigo 1º dos seus Estatutos “é um foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”. Além disso, os objetivos gerais da CPLP, conforme o 3º artigo, afirmam “a concertação político-diplomática entre os seus membros, em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais; a cooperação, particularmente nos domínios econômico, social, cultural, jurídico e técnico-científico; a materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa”. O artigo 5º mostra os princípios orientadores: “Igualdade soberana dos Estados Membros; Não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado; Respeito pela sua identidade nacional; Reciprocidade de tratamento; Primado da Paz, Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social; Respeito pela sua integridade territorial; Promoção do desenvolvimento e Promoção da cooperação mutuamente vantajosa” (CPLP, 2007).

Com base em Saraiva (2001), argumenta-se que, além disso, a CPLP, oficialmente estabelecida, proporciona integração e solução de conflitos entre os Estados membros, os quais estavam passando por processos de transformação, tanto no que tange ao nacional quanto ao internacional. Angola estava em clima de guerra civil, buscando superar esse difícil momento, e Brasil e Portugal em processo de redemocratização. Essa lógica em torno da integração traz também maior reconhecimento internacional diante de outros países e proporciona a ampliação das relações internacionais por intermédio da CPLP. Tal argumento é exemplificado no seguinte trecho:

Embora uma situação menos conturbada fosse obviamente preferível, e permaneça como um desafio importante, o essencial para viabilizar a CPLP era o estabelecimento de Estados soberanos, reconhecidos interna e externamente, e minimamente empenhados em estabelecer instituições compatíveis com a democracia [...] um dos papéis da CPLP tem sido, justamente, a busca da solução de conflitos nos países membros. Atuou positivamente na mediação da crise guineense e considera a busca da paz em Angola prioridade absoluta.⁹

Os argumentos expostos acima caracterizam a prioridade dada pelos países de língua portuguesa no que tange à democracia e à cooperação e, por conseguinte, à superação do passado de opressão colonial, ou seja, define um momento pós-colonial. Nesse sentido, faz-se uma retomada ao discurso brasileiro de 1963, diante do contexto de Guerra Fria e intermediado por Araújo Castro, a respeito dos três “D’s”, Desenvolvimento, Desarmamento e Descolonização (Araújo Castro, 1982).

Nesse contexto, a língua portuguesa caracterizava, segundo Freixo (2009, p.130), “o elemento identitário fundamental, por meio do qual as populações das terras colonizadas pelos portugueses se exprimiriam em toda a plenitude, mesmo naqueles momentos em que as populações afro-asiáticas iniciavam o processo de luta pela libertação e descolonização”. Na perspectiva da década de 1990, o discurso modifica o aspecto da descolonização para a democratização, sendo essa uma prioridade entre os países membros da CPLP.

Mais que uma forma de expressão, a lusofonia é a marca de uma atitude, uma forma de ser e de viver, voltadas para a tolerância e o convívio aberto entre os povos. A CPLP ganha impulsos, portanto, com a constatação de que a democracia e a cooperação são possíveis em, e entre, regiões até recentemente fadadas ao autoritarismo e à instabilidade.¹⁰

A ideia em torno da CPLP é a de uma retomada das relações entre os países do triângulo estratégico, que já existiam, porém estavam adormecidas. Essa base argumentativa tem como exemplo as rotas marítimas do tráfico negreiro África-Brasil e estabelece uma ponte sobre o atlântico: “O tráfico – que trazia força de trabalho, população, costumes, culturas – foi extinto, mas a rota permaneceu. A elaboração da política africana foi, entre outras coisas, uma resposta à necessidade de retomar essa rota logicamente com outros objetivos e uma relação possivelmente catártica com o passado” (Saraiva, 2001, p. 29). Essa retomada se tornava, cada vez mais, uma prioridade do governo brasileiro, no período de

⁹ SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.), *Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI, 2001, p. 27.

¹⁰ SARAIVA, *Op. cit.*, p.28.

FHC, pois havia uma possibilidade de parcerias com agências multilaterais, transferências de tecnologias e cooperação entre os países.

Com o advento da globalização, marcado por acontecimentos internacionais, como a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, a democracia, como já citada, foi um parâmetro constitutivo da CPLP. Tal aspecto da transformação internacional permitiu um estímulo à sobrevivência e à promoção/difusão da língua portuguesa, assim como estímulo às características culturais dos países membros da CPLP, descartando-se a possibilidade de empobrecimento cultural por falta de divulgação e de conhecimento (Saraiva, 2001).

Além disso, a CPLP promove uma conexão entre três diferentes espaços regionais que não se excluem, mas se completam e interagem. Espaços que também realizam as suas integrações/organizações regionais, como a União Europeia, a SADC e o MERCOSUL, mas que perceberam, por meio da CPLP, a oportunidade de expansão das suas relações internacionais. Essa variedade de países e continentes que configuram a

dispersão geográfica pode (e deve) ser vantajosa para a constituição comunitária linguístico-cultural, com objetivos de cooperação e concertação transfronteiriça e internacional. Está claro que a força da CPLP, tomada isoladamente, é mínima, mas potencializa-se com múltiplas inserções dos países membros em três continentes e várias outras organizações internacionais.¹¹

Nos primeiros anos de institucionalização da CPLP, os desafios se concretizavam na efetiva superação do passado, na promulgação da democracia e da paz, e, portanto, na resolução de conflitos. Além disso, era preciso estabelecer os parâmetros de organização e de tomada de decisões frente aos acontecimentos internos e externos à CPLP e às suas relações internacionais. Tal organização institucional é dividida nos seguintes órgãos: Conferência de Chefes de Estado e de Governo, também conhecida como Cimeira; Conselho de Ministros; Comitê de Concertação Permanente e Secretariado Executivo (Saraiva, 2001, p.41).

Cooperação

O “Local da Cultura”, representado na forma de institucionalização, ou seja, a CPLP, demonstra todos os aspectos em comum que abrangem as relações internacionais entre os países do triângulo estratégico e retoma os conceitos de hibridismo e ambivalência de Bhabha (1998). As relações históricas, culturais, políticas, sociais e econômicas desses países

¹¹ SARAIVA, *Op. cit.*, p. 33-34.

possibilitam a superação do passado opressor de colonização, transformando-o em cooperação. “O próprio espaço de cooperação cultural, como inserção da presente análise, apresenta muitas dimensões, tais como a educacional, a literária e a artística, a científica e a tecnológica, e até mesmo a reconstituição de relações históricas” (Feijó Sobrinho, 1997, p. 64). Há uma complexidade em torno da cooperação cultural devido às diversas questões tratadas, como as relações políticas, tecnológicas, econômicas e históricas, que se caracterizam como domínio da cultura e são interpretadas como objeto de consideração cultural.

O momento pós-colonial se caracteriza como o contexto favorável ao surgimento da cooperação entre os países, devido ao seu estabelecimento como atores internacionais e independentes de sua ex-metrópole. Para se concretizar esse momento, foram precisos alguns anos “para o apaziguamento de paixões e a cicatrização de traumas provocados pela descolonização, quer em Portugal, quer nas antigas colônias. Progressivamente, esbateram-se preconceitos, foram-se construindo e afirmando verdadeiras relações Estado a Estado” (MNE/PORTUGAL, 1995, p.10).

Krishna (2009) e Feijó Sobrinho (1997) apresentam o argumento de que as relações de Estado a Estado se configuram no pacto que busca a cooperação e o desenvolvimento de forma que beneficiem todos os países membros da CPLP. Tenta-se, assim, a superação não somente do passado de opressão, mas também das marcas que esse passado deixou anos após, como o desenvolvimento desigual entre, por exemplo, Portugal e Brasil, e ainda Angola e Brasil, devido ao período de descolonização ter ocorrido primeiramente no Brasil.

Desse modo, em termos de vantagem comparativa, Brasil e Portugal possuem melhor posição, economicamente, em virtude de níveis industriais atingidos e inovações tecnológicas maiores do que Angola. “(...) cuja solução para o desenvolvimento poderá ser encontrada nas coalizões de interesses variáveis” (Feijó Sobrinho, 1997, p. 96). No âmbito da economia, a CPLP procura amenizar esse aspecto de desigualdade com políticas que beneficiem o desenvolvimento dos países, por meio do comércio (trocas comerciais, distribuição e investimentos), pela industrialização e por recursos tecnológicos. O conhecimento linguístico permite essa relação comercial e de trocas científicas entre os países lusofalantes. “Nesse sentido, um elemento básico para o desenvolvimento reside na compreensão de que, na

atualidade, o progresso de cada país depende da sua integração no mundo contemporâneo (...)” (Feijó Sobrinho, 1997, p.96).

Dessa forma, a CPLP é um grande passo dado pelos países que a constituem na difusão da cultura e da língua portuguesa, além de estar proporcionando uma nova atuação desses países no contexto internacional. A cooperação ainda está em andamento entre os países de forma bilateral, multilateral e/ou por meio da CPLP, possibilitando novas atuações, novos rumos e novos estudos que possam ser fatores relevantes no futuro das relações do triângulo estratégico.

O outro pilar [da CPLP] é o da cooperação para o desenvolvimento, seja cultural, acadêmica, técnica, tecnológica ou econômico-comercial. Essa cooperação deverá ser proveitosa para o Brasil, para Portugal e também para os países africanos de língua portuguesa. As relações internacionais não se devem medir apenas em termos de vantagens imediatas. Um ato internacional [no caso, trata-se da institucionalização da CPLP] só será bom e duradouro se trouxer benefícios para todas as partes envolvidas e é o que se pretende com a criação da CPLP.¹²

Considerações finais

Apesar de um passado de opressão, pode-se construir um futuro com base nas relações e na cooperação, perspectiva apresentada e analisada, considerando-se as potencialidades de transformação demonstradas na proposta da CPLP. Tais argumentos expostos, ao longo deste artigo, se pautaram por exemplificar a superação de um passado opressor, desde o histórico de colonização presente na relação colonizador e colonizado, Eu X Outro, e na construção das identidades de cada país originário dessa relação colonial. No âmbito da CPLP e das transformações internacionais, tal relação possibilitou um espaço de cooperação econômica, social, cultural e política entre os países membros.

A dimensão da relação, proposta na análise, abarcou o triângulo estratégico, composto por Portugal, Brasil e Angola. A seleção desses países ocorreu por possuírem uma aproximação maior entre si do que os outros membros. O objetivo foi analisar o processo histórico juntamente com as transformações internacionais e a institucionalização da CPLP como um espaço de diálogo e de superação.

O cenário internacional pós-colonial foi o ambiente propício para que culminasse na superação e na cooperação entre os países do triângulo estratégico. O Brasil, com o processo

¹² FEIJÓ SOBRINHO, *Op. cit.*, p. 114.

de independência no século XIX, obteve um desenvolvimento e participação internacional antes de Angola, cuja independência só ocorreu em fins do século XX. A proximidade histórica entre esses dois países era de grande relevância para que os movimentos anticolonialistas, em defesa da independência de Angola, ficassem ainda mais fortes. Porém, o Brasil se encontrava em uma posição intermediária, por querer manter as relações com sua antiga metrópole, Portugal, e apoiar os angolanos.

Dessa forma, o Brasil poderia se tornar um país de grande influência para Angola e, assim, apoiar a concretização de sua independência. Esse momento de reconhecimento por parte do governo brasileiro foi relevante para estreitar ainda mais a cooperação entre ambos. Essa mesma atuação brasileira, na década de 90, procurou promover e organizar os ideais e as ideias em torno de uma cooperação multiforme, entre aqueles que possuem uma língua e base histórica em comum, culminando na institucionalização da CPLP, em 1996.

A cooperação e a difusão/promoção da língua portuguesa são marcas que caracterizam a superação da relação de opressão colonial buscando-se, futuramente, ampliar a importância da CPLP como esse espaço cultural internacional. O trecho seguinte da Declaração Constitutiva da CPLP (anexo) exemplifica tal argumento:

(...) Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada; é um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista (...).¹³

A partir dos estudos e pesquisas apresentados sobre as relações de cooperação e de institucionalização da CPLP, tem-se como um novo desafio, para os anos seguintes, dar continuidade e implementação aos acordos entre os países membros. Nesse contexto, é relevante considerar as dificuldades que as divergências históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais podem ocasionar, assegurando, assim, as relações e os acordos de forma cooperativa.

¹³ CPLP. *Declaração Constitutiva*, 1996. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=48>> (Acesso em 12 de novembro de 2012).

(...) a CPLP, apesar dos constrangimentos internos e externos pelos quais se move, pode vir a se tornar uma organização mais apreciada pela sociedade internacional contemporânea e mais ativa na defesa de seus projetos específicos.¹⁴

Novos estudos referentes às posições de política externa e de relações internacionais dos e entre os países que constituem a CPLP podem ser uma base importante para manter a comunidade. Além disso, outro aspecto de grande relevância para dar continuidade à propagação da CPLP, no cenário internacional e diante da globalização, é a definição da comunidade como um espaço próprio daqueles que possuem a língua portuguesa, principal característica em comum, o que possibilita uma maior cooperação, a partir das relações construídas historicamente.

Dessa forma, é necessário, para estudos futuros, desenvolver e abordar as características comerciais/econômicas, sociais, políticas e culturais dos países membros, possibilitando uma superação do passado opressor em forma de cooperação internacional. Além disso, é preciso disponibilizar e difundir esses estudos para proporcionar conhecimento, transparência e divulgação dessa temática por meio de livros, artigos e etc., pois ainda é considerada uma área marginalizada das Relações Internacionais e da História.

O futuro dependerá de sujeitos históricos competentes e audaciosos, que saberão fazer as opções mais favoráveis ao desenvolvimento que a estrutura capitalista possibilitar. A história é uma “invenção dos homens”, embora sob estreitos limites estruturais.¹⁵

Desse modo, a CPLP se tornou um espaço de diálogo entre os países que possuem uma história colonial inter-relacionada e língua comum e que, por meio dela, transformaram suas relações em algo benéfico e cooperativo. Os novos desafios da comunidade se concentram na preservação dessa cooperação, em suas variadas ramificações, frente às dificuldades econômicas e políticas encontradas pelos países futuramente, e, principalmente, na promoção, valorização e difusão da língua portuguesa como o elemento fundamental, que os transformou e possibilitou a cooperação entre seus membros.

O eixo central do texto repousa em torno das potencialidades a desenvolver em torno da importância da língua comum no campo da comunicação entre as partes

¹⁴ SARAIVA, Op. cit., p. 45.

¹⁵ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 265.

envolvidas, da diplomacia ativa, da cooperação econômica e das possibilidades de uma cooperação multiforme.¹⁶

Portanto, ao contrário do que muitas vertentes teóricas abordam, a exemplo do pós-colonialismo, em algumas ramificações, em que é dada ênfase nas tensões criadas devido às relações EU X OUTRO, procura-se abranger a relação de tensão constituída até a cooperação, as construções culturais, os benefícios, no desenvolvimento, o que é igualmente importante e não pode ser esquecido. Nesse sentido, a proposta deste artigo foi a de demonstrar a trajetória, desde a colonização de Brasil e Angola por Portugal, até se chegar ao momento de superação do passado de opressão, representado pela CPLP, em um contexto pós-colonial, caracterizando um diálogo entre as histórias do passado, do presente e do que poderá ser o futuro, principalmente dos países que compõem o triângulo estratégico.

Referências bibliográficas

ARAÚJO CASTRO, João Augusto. Desarmamento, descolonização e desenvolvimento. In: AMADO, Rodrigo (Org.). *O pensamento de Araújo Castro*. Brasília: UnB, 1982, pp. 25-42.

BANCO MUNDIAL; IPEA. Ponte sobre o Atlântico Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília, 2011. 134p.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 395p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Reflexões sobre a Política Externa Brasileira. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão, 1993. 351p.

CARVALHO, António Luvualu. *Angola e Portugal intensificam cooperação econômica*. Disponível em:

<[http://jornaldeangola.sapo.ao/19/46/angola e portugal intensificam cooperacao economica](http://jornaldeangola.sapo.ao/19/46/angola_e_portugal_intensificam_cooperacao_economica)>. (Acesso em 17 de junho de 2012).

CPLP. *Promoção e Difusão da Língua Portuguesa*, 2006. Disponível em:

<<http://www.cplp.org/id-253.aspx>> (Acesso em 7 de maio de 2012).

CPLP. *Histórico – Como surgiu?*, 2012. Disponível em:

<<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=45>> (Acesso em 7 de maio de 2012).

CPLP. *Declaração Constitutiva*, 1996. Disponível em:

<<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=48>> (Acesso em 12 de novembro de 2012).

CPLP, *Estatutos*, 2007. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=49>>. (Acesso em 12 de novembro de 2012).

DOMBE, Alfredo. *Relações Angola-Brasil 1975-1990: a dimensão econômica no projeto de reconhecimento da independência de Angola*. SL: LitoCor, 1999.78p.

¹⁶ FEIJÓ SOBRINHO, *Op. cit.*, p. 11.

FEIJÓ SOBRINHO, Pedro da Silva. *Comunidade dos países de língua portuguesa: institucionalização e relações culturais, político-diplomáticas e econômicas*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. 206p.

FERREIRA-PEREIRA, Laura. As relações União Europeia-Brasil: o papel de Portugal num processo em crescendo cooperativo. *Mundo Nuevo: Revista de Estudios Latinoamericanos*. Caracas, v.1, n. 3, p. 9-30, 2010.

_____. Curso School of European Union. Organizado pela FGV. Rio de Janeiro: 2012.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XVIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 463p.

FONSENCA Jr., Gelson. Alguns aspectos da Política Externa Brasileira Contemporânea. In: Fonseca Jr., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 353-374.

FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. 204p.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2ª. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008. 678p.

KRISHNA, Sankaran. The importance of being ironic: A postcolonial view on critical international relations theory. *Alternative: global, local, political*. Boulder, v.18, n. 3, p.385-417, summer, 1993.

_____. *Globalization and postcolonialism: hegemony and resistance in the Twenty-first Century*. USA: Rowman Littlefield Publishers, 2009. 223p.

LAMPREIA, Luís Felipe. *A Política Externa do governo FHC: continuidade e renovação*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Rio de Janeiro, v.41, n. 2, p. 05 – 17, jul./dez. 1998.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250p.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Portugal: Dez anos de cooperação*. Lisboa: MNE, 1995. 330p.

REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. *Relações entre Angola e Brasil: 1808-1830*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968. 452p.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007. 278p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Os processos da globalização*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. pp. 25-94.

SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.), *Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política*. Brasília: IBRI, 2001. 203p.

VIGEVANI, Tulio; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional: Revista do Departamento de Relações Internacionais da PUC-Rio*, vol. 29, n. 2, p. 273 – 335, jul./dez. 2007.

Anexo

Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996,

Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social;

Tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e adoptar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios;

Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos povos dos sete países e tendo presente os resultados auspiciosos das reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília em 9 de Fevereiro de 1994, em Lisboa em 19 de Julho de 1995, e em Maputo em 18 de Abril de 1996, bem como dos seus encontros à margem das 48^a, 49^a e 50^a Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas;

Consideram imperativo:

- Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;

- Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum;

- Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro colectivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa. Reafirmam que a Língua Portuguesa:

- Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;

- É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;

- É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente;

- Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns. Assim, animados de firme confiança no futuro, e com o propósito de prosseguir os objectivos seguintes:

- Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP;

- Incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP);

- Incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação;

- Envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns Países Membros de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização;

- Alargar a cooperação entre os seus Países na área da concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, por forma a dar expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional;

- Estimular o desenvolvimento de acções de cooperação interparlamentar;

- Desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes; através da definição e concretização de projectos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral;

- Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros;
- Mobilizar interna e externamente esforços e recursos em apoio solidário aos programas de reconstrução e reabilitação e acções de ajuda humanitária e de emergência para os seus Países;
- Promover a coordenação das actividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza económica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus Países;
- Promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Países Membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas nos Países Membros, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração;
- Incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a protecção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;
- Promover acções de cooperação entre si e de coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos Países e em todo o mundo;
- Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia;
- Promover e incentivar medidas que visem a melhoria efectiva das condições de vida da criança e o seu desenvolvimento harmonioso, à luz dos princípios consignados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança;
- Promover a implementação de projectos de cooperação específicos com vista a reforçar a condição social da mulher, em reconhecimento do seu papel imprescindível para o bem estar e desenvolvimento das sociedades;
- Incentivar e promover o intercâmbio de jovens, com o objectivo de formação e troca de experiências através da implementação de programas específicos, particularmente no âmbito do ensino, da cultura e do desporto.

Decidem, num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus Povos, e no respeito pela igualdade soberana dos Estados, constituir, a partir de hoje, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Feita em Lisboa, a 17 de Julho de 1996.

Pela República de Angola

Pela República Federativa do Brasil

Pela República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau

Pela República de Moçambique

Pela República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe